



Quem é você na fila do pão? Uma releitura da Segunda Escravidão

A seguinte pesquisa tem como objetivo central mostrar as experiências nos casos de Santo Domingo e Porto Rico contrapondo-a à abordagem histórica conhecida como “Segunda Escravidão”, presente no Brasil, em Cuba e nos Estados Unidos. Na medida que nos aproximamos ao objetivo central surgem uma série de questões, que por sua vez, se transformam em três os objetivos específicos: Verificar as transformações no sistema internacional da época; Identificar as razões pelas quais a “Segunda Escravidão” se dá nestas ex-colônias (Brasil, Cuba e Estados Unidos); Analisar os casos de Santo Domingo e Porto Rico perante o prisma da “Segunda Escravidão”, olhando de maneira especial para as suas transformações internas.

Al iniciar a pesquisa muitos amigos e colegas me perguntavam, Por que "Segunda Escravidão"? Ao nos adentrarmos mais na bibliografia que abarca este tema observamos que vários autores também eram questionados neste lugar. Partindo dessas situações e na tentativa de fazer este trabalho mais acessível aos diversos leitores, passaremos a construir uma resposta nesse sentido. Baseados no trabalho de Blackburn, presente no livro *Escravidão e capitalismo histórico no século XIX*, Organizado por Rafael Marquese e Ricardo Salles, entendemos que antes desta dita "Segunda Escravidão" houve uma "Primeira" a qual teve suas próprias especificidades, desafios e periodicidade. Aqui entendemos por "Primeira Escravidão" o período histórico que vai de 1520 até 1800 no Novo Mundo (hoje continente americano). Baixo a “tutela” das metrópoles: espanhola, francesa, portuguesa, inglesa e holandesa. Esta teve como característica o colonialismo, fundamentado nas legislações e na estrutura socioeconômica do Velho Mundo, ou seja, do Mediterrâneo. Duas foram as instituições provenientes desta, por um lado o tráfico transatlântico de escravizados e pelo outro as plantações de açúcar, café, fumo, algodão e cacau nas Américas. O processo anterior mostrado transformou a lógica de produção, exportar mão-de-obra escravizada de um continente para outro, com o intuito de usá-la nas plantações (de onde extraíam-se as matérias primas) para produzir mercadorias em um terceiro.

O que seria a Segunda Escravidão? Logo apresentado de certa maneira como oposição a anterior, a “Segunda escravidão”, aqui compreendida como a abordagem histórica que possibilita a análise mais detalhada do período que vai da Revolução Haitiana (1791) até abolição da escravidão no Brasil (1888). Esta não pode ser abordada fora do contexto no qual está inserida. O que os autores utilizados nesta pesquisa mostram, é a transformação do sistema escravocrata para se adaptar ao sistema capitalista do século XIX, ou seja, neste período não se chega ao fim da escravidão, entretanto se nos mostra uma intensificação da mesma (isto ficou conhecido na bibliografia como "Segunda Escravidão"), principalmente na primeira metade do século XIX, quando a Inglaterra se consolida como hegemonia mundial e começa uma transformação no mundo todo da ordem política, econômica e ideológica. Este processo aconteceu em três grandes centros de produção de commodities: Brasil, Cuba e Estados Unidos. Segundo Blackburn esta era mais autônoma, mais duradoura e em termos de mercado mais "produtiva" capaz de suportar a forte onda gerada pela Era das Revoluções e atender às crescentes demandas dos produtos das *plantation*. Ao que o Tomich (1992) soma que para que a economia dos escravizados pudesse crescer era necessário que houvesse desenvolvimento qualitativo e quantitativo da economia como um todo, ou seja, que os grandes centros financeiros continuassem financiando aos comerciantes de escravos, aos fazendeiros e as novas indústrias.

Em soma, este período histórico, a diferencia do justamente anterior apresenta transformações específicas na Europa, que com o surgimento da indústria, por sua vez coloca no marco das relações de laborais, o trabalho salário, a criação das estradas de ferro e o trem, os direitos humanos, a



formação da hegemonia britânica e a libra como a moeda do mercado internacional, etc. Nas Américas também há algumas transformações importantes tais como as lutas e guerras por independência, a chegada da estrada de ferro e do trem, a Revolução Haitiana, o surgimento dos novos centros de produção de commodities (Brasil, Cuba, Estados Unidos), mas algumas coisas não mudam neste último, a escravidão ao contrário do que alguns pensavam aumenta, se reconstituiu, se transformou e sem lugar a dúvidas se tornou mais agressiva devido aos múltiplos perigos que esta enfrentava, desde o mito do Haiti (medo generalizado nas Américas devido aos estragos causados pelos revolucionários jacobinos) até o surgimento do movimento anti-escravista (movimento que começava a ganhar espaço na Europa do início do século XIX). Uma mudança ressaltada pelo Blackburn (2011), foi o fato desta segunda ter a questão racial muito mais presente que a anterior, e mesmo com algumas melhorias apresentadas nas colônias inglesas e francesas em um primeiro momento, com o advento das transformações apontadas acima o assunto ganhou um lugar central no dia a dia das plantations. Por sua vez no que diz respeito a terras para plantios os países onde esta “Segunda Escravidão” aconteceu (EUA, Cuba e Brasil), a diferença daqueles que foram o centro no período anterior (Saint Domingue e na Guiana Britânica), isto não era um problema, pois parcelas para pátio sempre houve. Os senhores de escravos aqui eram parte de uma engrenagem maior chamado Estado, mesmo com uma significativa autonomia para tomar decisões, em outras palavras, mesmo este tendo muito poder não estavam exógenos a um sistema maior.

Muitos me perguntavam: Por que se Santo Domingo Espanhol e Porto Rico estão tão próximos de Cuba não entraram na Segunda Escravidão? Esta pergunta não é nada simples de responder, porém nos motivou muito a ir atrás das bases para estabelecer respostas, mesmo assim, ainda temos algumas dificuldades para sermos bem sinceros, pois os autores pontuam diversos aspectos que precisaria de mais tempo e de estudos de documentos em arquivo para gerar nossas próprias impressões. O que sim podemos afirmar é que em grande maneira, muitas das respostas partem de um acontecimento de muita relevância para a região do Caribe e para o Novo Mundo, a Revolução Haitiana.

Agora fica claro que para respondermos a pergunta anterior é necessário fazermos outra: O que foi a Revolução Haitiana? Qual é a sua importância? Para Lopez (2011) a Colônia de São Domingos era a mais rica da metrópole francesa, esta produzia aproximadamente a metade do açúcar comercializado em el mundo no século XVIII, também era o terceiro maior mercado individual para o tráfico negreiro europeu, além de produzir chocolate, rum e café. Porém era muito desigual, por um lado estavam os terratenentes donos das *plantations*, das relações comerciais com o Velho Mundo e da riqueza da ilha; também estavam os brancos de menor porte, encarregados da administração e do comércio local (inclusive com o Santo Domingo Espanhol); em seguida se encontravam os mulatos e negros livres, neste grupo tinham mais de 30 divisões por cor; justo depois na pirâmide achavam-se os negros *cimarrones*, escravizados fugidos que se ocultavam nos morros; por último, os negros escravizados, os quais se achavam em uma proporção de 20 para 1 dos brancos livres na ilha, 4 de cada 5 deles trabalhavam nas plantations. Daí sua relevância e os impactos causados pela sua Revolução. Como bem dito pelo Mariñez (1997), a peculiaridade da abolição haitiana não radica somente na sua primícia, mas na forma como foi conquistada, pelos próprios protagonistas, os escravizados, por meio de queima de plantações, de envenenamento dos seus senhores, lutas armadas, entre outras ações, esta sem medo a nos equivocar é a mais importante revolução que conheceu a região em todos os tempos. Assim surgiu a primeira República Negra do Mundo.

O mais incrível de todo é o fato de esta ter acontecido na quele momento, já que o sistema escravista e a indústria açucareira estavam indo muito bem, também não tinham se formando ainda os



movimentos anti-escravista, mas é exatamente sobre estas condições que esta acontece. Em um primeiro momento parecia que iria acabar ali, o medo generalizado nas metrópoles, não entanto, como já estabelecido por Blackburn (2011), não teve o final desejado, pelo contrario, é aqui o principal pilar para o que viria ser a Segunda Escravidão. Por outro lado, a janela aberta por esta revolução se transformaria nas lutas independentistas que tiveram como escanaria as Américas (poucas foram as revoltas que tiveram entre suas propostas a abolição da escravidão), além disso esta também impacto de maneira direta as nações de Cuba e Porto Rico, com mais legislações para "salvá-las".

Mas as transformações que esta trouxe ao Caribe não pararam por aí, segundo Mariñez (1997), até a “emancipação” dos vizinhos de ilha (Santo Domingo Espanhol), foi uma consequência direta da vitória da Revolução Haitiana, já que foram os haitianos os que acabaram com a escravidão, quando ocuparam (a hoje República Dominicana) em 1801 e posteriormente em 1822.

Agora sim podemos responder a pergunta anterior, para isto dividirei a resposta em dois, a continuação passarei a ponderar o caso de Santo Domingo Espanhol, presenciou diversas mudanças drásticas que transformariam a vida dos que naquela colonia moravam, marcando sem lugar a duvidas um dos séculos mais complexos da sua historia. O período por nos abordado inicia com a intervenção haitiana de 1801 (a primeira de estas). Mariñez, 1997, p. 84.} Segundo García-Muñiz (2005) e Mariñez (1997), a mesma aconteceu em um momento em que a Espanha estava muito débil e a Grã-Bretanha não tinha nenhum interesse por ela, devido em grande medida a todo o que tinha acontecido na ilha no final do século anterior. A primeira medida tomada pelos invasores haitianos foi a abolição da escravidão, a qual foi repudiadas automaticamente pelas classes dominantes e pelos comerciantes, já que esta acabava com todos o negocio da produção agrícola e ganadeira, como coloca Cassá (2003). Cabe ressaltar que ainda estamos em um mundo de acumulação originária do capital, ou seja, no mundo onde as relações sociais de produção não são capitalistas como apontado por Tomich (1992), onde o escravo é um bem importantíssimo por duas razões, em primeiro lugar, este é sinônimo de status e em segundo, e mais sério, era uma peça elementar para a economia agrícola e *hatera* (a mesma é entendida aqui como a criação e comercialização do gado).

Os distúrbios sociais, somados à conjuntura internacional, permitiram a apreciação de outro jogador na mesa, a França, a qual chegou no ano de 1804 na Espanhola (um dos nomes pelos quais se conhece a ilha onde se encontravam os dois São Domingos), e com isso inicia-se o período que ficou conhecido na historiografia como a Era da França em Santo Domingo. Evidentemente que tão proto estes assumiram o controle na colonia restabeleceram a escravidão, com isso fica claro que no período avaliado acima a disputa central nos países europeus era o trabalho assalariados, mas nas colonias era o escravo o qual importava.

Depois dos inúmeros levantamentos dos *criollos* (pessoas que pertencem a uma determinada região) com ajuda dos haitianos contra os franceses, finalmente em 1809 acaba a Era da França em Santo Domingo y com esta se inicia um período conhecido na história Dominicana como *La España Boba*, o qual vai de 1809 a 1821. Em pouco mais de uma década, não houve grandes mudanças na estrutura encontrada por estes, posto que a metrópole estava imersa na crises gerada pela perda de importantes colônias nas Américas (considerando a extração monetária que estas poderiam oferecer). Continua a escravidão, não entanto, aqui reapareceu de forma mais expressiva um problema presente desde o gênese da colonização, a fuga em massas de escravizados para algumas regiões de morros ou de difícil acesso, ou seja, *el cimarronaje*. São estes que virão se tornar mais adiante nos famosos *campesinos* do Caribe. segundo San Miguel (2011).



As medidas tomadas nesta segunda intervenção haitiana, são muito similares aquelas propostas na primeira, entre as quais encontravam-se a abolição da escravidão e a especialização da produção (tabaco, madeira e gado). Mas também trouxeram algumas novidades tais como a mudança do papel da mulher nesta sociedade, ou seja, a participação da mulher no mundo do trabalho como presente no trabalho do Gonzáles (2014). Na década de trinta dos oitocentos se idealizava e posteriormente na de 40 se concretiza o movimento independentista encabeçado pelos trinitários (Grupo de homens e mulheres que se levantaram contra a ocupação haitiana), cujos maiores representantes foram: Juan Pablo Duarte, Francisco Del Rosario Sánchez e Ramón Matias Mella. No dia 27 de fevereiro de 1844, estes e outros *criollos* se ergueram contra os haitianos, o que deixou como resultado a formação da República Dominicana.

O que nenhum dos movimentos efetuados nesta primeira metade do século XIX planeio foi o que na forma de inserir aos ex-escravizados no mercado de trabalho formal, criando assim dois caminhos para estes ou continuar nos engenhos, baixo um regime que reproduzia a lógica escravista, ou migrar para outros territórios no Caribe (esta opção era bem menos comum), como mostrado pelo Mariñez (1997), este passa a dizer que aqui se encontram as bases do fluxo migratório intercaribenho que viria acontecer nas décadas posteriores.

Mesmo com múltiplas idas e vindas a escravidão na parte espanhola da Ilha de São Domingos não foi nada linear como bem apontado por BELMONTE (2014), já que esta não cumpria com os regulamentos institucionais tais como: o escravizado não ter recursos próprios, já que todo era do amo (que obviamente não acontecia, ao invés disso era relativamente comum que os escravizados comprassem sua liberdade); não é realizada geralmente a escravidão “padrão”, muito pelo contrário, era praticada a escravidão parcial, ou seja, que em Santo Domingo um escravizado podia ter mais de um dono, inclusive ele podia comprar sua liberdade por partes.

Em soma, Santo Domingo Espanhol a diferença das outras colônias do Caribe não conseguiu atrair o capital estrangeiro (em grande medida por compartilhar a ilha com o Haiti) e ao menos tempo estava estancada por ser uma economia *hatera, comuquera* (Pequenas ou medianas plantações) e madeireira, o que justifica a débil entrada de escravizados e até a razão de um escravo ter diversos donos. Com uma débil entrada não estamos querendo dizer que não houve tráfico, mas quando comparada com a balança das ilhas vizinhas é notória a diferença. Daí vem o atraso apresentado por esta quando traçamos uma línea com relação a Cuba e Porto Rico no século XIX.

Em que se diferenciam Santo domingo Espanhol e Porto Rico? Já sabemos que não houve interesse por parte dos ingleses na primeira, mas o mesmo aconteceu com Porto Rico? A diferença de Santo Domingo, Porto Rico neste período (século XIX) não sofreu tantas mudanças no âmbito político, porém passou por um processo similar ao de Cuba de expansão das *plantations* de cana de açúcar (obviamente a uma escala menor) como coloca Mariñez 1997). Já neste trecho temos outra diferença entre as duas colônias nesta parte do texto analisadas, pois a primeira nunca atravessou pelas transformações anteriormente apontadas, devido quase que inteiramente a lógica que naquele momento predominava. Segundo San Miguel (2011), Em Porto Rico nas áreas costeiras, a cana-de-açúcar se apoderava das melhores terras y a plantação se tornava a estrutura produtiva dominante. Esta transformação foi, em última instância, produto das transmutações econômicas que aconteceram no mercado açucareiro mundial a raiz da ruína do *Saint Domingues*, devido a revolta dos ex-escravizados.

Quem também fez aportes importantes nesta discussão foi o García (2005), o boom das plantations de cana-de-açúcar no tardou para chegar na ilha, a maior parte dos proprietários eram estrangeiros e a



mão-de-obra era escrava, rapidamente se transformam as paisagem rurais de Porto Rico, devido à desflorestação das férteis terras e à destruição dos *hatos* e estâncias. Notamos que este é mais um dos impactos da Revolução Haitiana das terras do Caribe, o qual nos permite entender a grandeza da sua produção para o mercantilismo. Ditas modificações também afetaram ao trabalho livre e ao trabalho escravo, devido à intervenção da metrópole neste território. A "falta" de mão-de-obra escrava ou não sempre foi motivo de discussão entre os proprietários e a Espanha segundo García (1989). Aqui cabe ressaltar que a reclamação não era por falta de braços propriamente dito, senão que a proporção de escravos dessa colônia não acompanhava o crescimento que apresentava a indústria do açúcar naquele lugar, ou seja, há aumento do número de escravizados, porém não o suficiente para satisfazer a demanda interna. Junto tudo isso também se falava bastante da vacância ou vagabundagem, ou seja, havia um montante de individual que trabalhavam só para garantir as necessidades do dia a dia, pelo que estes não tinham relação adequada com a acumulação.

Os vários autores utilizados neste trabalho chegaram na conclusão que não havia nenhum atrativo em Porto Rico que pudesse atrair mão-de-obra livre de outras regiões do Caribe (pelo menos não neste período). A solução que a instituição citada acima propôs, estava na própria ilha, ou seja, ocupar a mão-de-obra desocupada. Isto foi levado a cabo a partir de circulares e regramentos encaminhados a perseguir aos "vagos" e os "mau entretenidos", exemplos destas foram as disposições de: 1839, 1841, 1843, 1844 y 1847. García (1989) resalta que os mais importantes foram os de 1838 e 1849 os quais obrigava aos peões a vender a sua força de trabalho por um ano para os fazendeiros, sob pena de um ano de trabalho público forçado caso não fizessem isto. Além daquilo este devia andar com uma espécie de documento que explicasse as dívidas contidas a favor de seu senhor y uma avaliação da sua conduta laboral. Isto evidencia a evolução do acima citada, porém também fica muito claro a relação nada simples entre trabalho livre e trabalho escravo. Aqui se evidencia a mutação que as colônias sofrem a partir de todas as mudanças no cenário internacional e com o amadurecimento do capitalismo como bem colocado por Marquese (2016). Notamos que a escalvado era um tema central, pois por um lado as produções agrícolas e de ganadarias no Caribe precisavam destes para ter uma margem de lucro interessante para os credores. E por outro, e mais importante, temos a carreira por manter o comércio de escravizados, a qual vinha apresentando inúmeros problemas como já foi colocado neste trabalho.

Bibliografía: CASSÁ, R. Revisionismo historiográfico acerca de la independencia dominicana. España: Revista de estudios americanos CSIC, 1994.; CASSÁ, R. Historia social y económica de la República Dominicana (TOMO 1). Santo Domingo: Editora Alfa & Ómega, 1ra edición, 2003.; GARCÍA, G. L. Economía y Trabajo en el Puerto Rico del siglo XIX. Río Piedras: Editora de la Universidad de Puerto Rico, 1989.; GARCÍA-MUÑIZ, H. La plantación que no se repite: las historias azucareras de la República Dominicana y Puerto Rico 1870-1930 65 10.3989/revindias. España: Revista de Indias, 2005.; GONZÁLEZ, C. M. F. Importancia de los protocolos notariales en la investigación histórica: Caso del periodo de la unificación política de la isla de Santo Domingo, 1822-1844. Río Piedras: Revista Caribbean Studies, Vol. 42, No. 1, 2014.; Mayo-Agosto, pp. 151-156, 2011.; MARIÑEZ, P. A. Esclavitud y economía de plantación en el Caribe. V; MARQUESE, R. e SALES, R., Organizadores. Escravidão e Capitalismo histórico no século XIX. Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira, 1ra edição, 2016.; SAN MIGUEL, Pedro L. Los campesinos del Caribe: Una perspectiva dominicana. Barranquilla: MEMORIA REVISTA DIGITAL DE HISTORIA Y ARQUEOLOGÍA DESDE EL CARIBE COLOMBIANO. ISSN Electrónico 1794-8886 Volumen 22, Enero - Abril 2014.; SENCION VILLALONA, Augusto. Historia dominicana: desde los aborígenes hasta la guerra de abril. Santo Domingo: Editora Alfa & Omega, 1ra edición, 2010.; TOMICH, D. Trabalho escravo e trabalho livre (Origens históricas do capital). São Paulo: Revista USP, (13), 100-117. 1992.